

¹O ÊXODO RURAL DO MÉDIO URUGUAI PARA OS ACAMPAMENTOS DO MOVIMENTO SEM TERRA - MST. Resultados Preliminares.

Iran Carlos Lovis Trentin ¹

Meri Lourdes Bezzi ²

1. INTRODUÇÃO

“Os céus são os céus do SENHOR,
mas a terra deu-a ele aos filhos dos
homens.”

Salmos CXV, 16

Falar em reforma agrária, êxodo rural e globalização é complexo. As mudanças contínuas pelas quais passam as atividades econômicas, sociais e políticas com o advento da globalização, revelam a continuidade de situações que pareciam resolvidas. Uma delas é o êxodo rural, em países que, como o Brasil não realizaram a reforma agrária, ou seja, que continuam com um modelo arcaico de estrutura fundiária com concentração de grandes áreas improdutivas nas mãos de poucos proprietários ou especuladores. Outra questão é a falta de políticas claras para as atividades agropecuárias, que visem a melhoria das condições de vida de toda a população diretamente envolvida, os agricultores e suas famílias, e também o benefício de populações urbanas com a oferta maior de produtos com preços menores e qualidade superior. Desse modo, a necessidade da reforma agrária é urgente, pois assim, parte da população brasileira passariam a fazer parte da sociedade com maiores direitos, e a democracia seria plena.

A base territorial para a análise da proposta de estudo, ou seja, a reforma agrária foi o Médio Uruguai ou Microrregião Homogênea Colonial de Iraí, - MRH 325 - localizada no extremo norte do Rio Grande do Sul. Foi nessa área que primeiro se organizou o Movimento Sem Terra (MST), no Estado gaúcho. A MRH 325 engloba 37 municípios, numa área total de 6 288,4 Km² e uma população total de 229.895 habitantes. (Tabela 1).

Através do contato com os pequenos produtores rurais, em sua grande maioria, donos de pequenas áreas ou diaristas lutando pela sobrevivência, e afetados pelas constantes transformações ocorridas na agricultura brasileira, permitiu constatar vários processos que continuam acentuados e um certo redimensionamento das conseqüências destes processos, como a intensificação da luta pela reforma agrária, a não aceitação de migrar para periferia dos centros urbanos, e a ajuda até de forças ditas mais conservadoras na propagação das idéias sobre a reforma agrária. A globalização das atividades primárias é outro fator que esta transformando a vida dos pequenos agricultores.

¹ Acadêmico do Curso de Geografia/CCNE/UFSM/RS - Brasil

² Prof^a Depto de Geociências/CCNE/UFSM/RS - Brasil.

Assim, a proposta deste trabalho é a de que, ao se estudar o êxodo rural no Médio Uruguai possa-se apresentar também, algumas considerações sobre a estrutura agrária, do Estado do Rio Grande do Sul, e principalmente algumas motivações para a realização da tão esperada reforma agrária. Tal fato contribuirá para amenizar a “pobreza rural”, mediante a formação de perspectivas geradoras de mais renda, cidadania e democracia no meio rural e em toda a Microrregião em estudo (MRH 325).

O MST surgiu no Brasil no final da década de 70 e não deve ser visto como algo novo, mas como a continuidade das lutas históricas do movimento camponês em nosso país.

TABELA 1. MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA COLONIAL DE IRAÍ - MRH 325.
MUNICÍPIOS, POPULAÇÃO e ÁREA.

Nº	NOME DO MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	ÁREA
01	ALPESTRE	13 243	324.9
02	AMETISTA DO SUL	6 406	75.9
03	BOA VISTA DAS MISSÕES	2 120	185.7
04	CAIÇARA	6 066	189.4
05	CERRO GRANDE	3 083	74.7
06	CONSTANTINA	12 012	278.5
07	DOIS IRMÃOS DAS MISSÕES	2 748	249.8
08	ENGENHO VELHO	2 691	73.7
09	ERVAL SECO	9 962	345.5
10	FREDERICO WESTPHALEN	25 265	264.5
11	GRAMADO DOS LOUREIROS	2 642	141.7
12	IRAÍ	10 513	200.0
13	JABOTICABA	4 954	128.8
14	LAGEADO DO BUGRE	2 560	73.6
15	LIBERATO SALZANO	8 471	249.9
16	NONOAI	12 572	459.0
17	NOVO TIRADENTES	2 324	73.7
18	PALMITINHO	6 642	144.4
19	PINHAL	2 744	72.6
20	PINHEIRINHO DO VALE	4 748	105.9
21	PLANALTO	12 346	237.3
22	REDENTORA	8 974	310.0
23	RIO DOS INDIOS	5 614	237.1
24	RODEIO BONITO	8 227	153.1
25	RONDINHA	6 969	259.2
26	SAGRADA FAMÍLIA	2 792	77.4
27	SÃO JOSÉ DAS MISSÕES	3 181	96.3
28	SÃO PEDRO DAS MISSÕES*		
29	SEBERI	13 125	329.0
30	TAQUARUÇU DO SUL	2 955	76.9
31	TRÊS PALMEIRAS	4 998	175.8
32	TRINDADE DO SUL	6 775	269.9
33	VICENTE DUTRA	6 478	195.1
34	VILA CRISTAL*		

35	VISTA ALEGRE	3 040	76.7
36	VISTA GAÚCHA	2 655	82.4
37	XINGU*		
TOTAL		229 895	6 288.4

FONTE : FIBGE Divisão de Pesquisa do RS. População estimativa em 01/07/93.

* Áreas Emancipandas em 1995.

No Sul do Brasil, as lutas pelas terras foram mais políticas, e visavam a manutenção do latifúndio Rio Grande do Sul foi estruturado sobre dois tipos distintos de ocupação fundiária. Na metade sul, as estâncias, o latifúndio, a segregação, a exploração. Na parte da serra, o colonato, o minifúndio, a constante repartição, a subsistência, a miséria, e hoje como diz o FIBGE indigentes. E também, por outro lado, uma região que coloca o RS como o maior produtor de alimentos, que em sua maioria são produzidos pelas pequenas unidades de produção familiar.

As pequenas unidades de produção enfrentam dificuldades. Mas em especial as unidades de produção do Médio Uruguai enfrentam problemas maiores, devido a constante crise pelas quais passa a nação brasileira, e cuja repercussão se faz ver na falta de uma política agrícola que distinga os diferentes tipos de agricultores e de garantias de produção e comercialização aos produtos alimentícios.

Conhecer e analisar as características da agricultura e o processo de formação da renda familiar, bem como as causas, conseqüências do êxodo rural e da falta da reforma agrária, foram os caminhos usados para descobrir algumas alternativas para os agricultores desta região. No Médio Uruguai estão alguns dos municípios mais pobres do RS e atingidos pela campanha de distribuição de alimentos, a Comunidade Solidária do Ministério do Bem-estar Social. É incrível ver casos de municípios, onde 35% da população são indigentes, numa região conhecida como a Zona da Produção, faz-nos constatar a existência de "famintos na fartura".

2. METODOLOGIA

Para a execução desse trabalho, foram utilizados dados dos censos agropecuários da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) de referencial bibliográfico específico no assunto em questão, com o propósito de embasar o desenvolvimento teórico/metodológico da pesquisa. A segunda fase, consistiu de um levantamento em fonte primária, através de entrevistas com técnicos das Secretarias Municipais de Agricultura, EMATER, Sindicatos de Trabalhadores, Movimento Sem Terra (MST), e Comissão Pastoral da Terra (CPT). Observou-se também "in loco" as transformações, ocorridas no Médio Uruguai e Também alguns assentamentos feitos na região.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao se estudar o setor agrícola, percebe-se que a variedade de tipos de estabelecimentos, e o tamanho destes, são fatores determinantes da situação em que a agricultura se encontra. Tal fato provoca dificuldades para o aumento da produção de

alimentos, levando conseqüentemente o empobrecimento do agricultor e de sua unidade de produção. Assim a necessidade da reforma agrária passa cada dia mais a ser urgente. Mas uma reforma agrária que modifique a estrutura da sociedade, visando corrigir distorções proporcionando oportunidades para que as pessoas possam viver das atividades agrícolas, dos benefícios e resultados dessa atividade. E a reforma agrária deve primar pela democracia. Não democracia formal, mas democracia verdadeira, geradora de cidadania plena e bem estar social.

No Brasil, as políticas públicas, sempre deram ênfase a produção de produtos para exportação, foi assim desde o início de nossa colonização, até a produção em grande escala do trigo e mais recentemente da soja. No entanto, com o binômio trigo-soja, os problemas principalmente, dos pequenos agricultores, se acentuaram. A concentração da terra aumentou em benefício de poucos, e o êxodo rural se acentuou. Ocorreu, entretanto a concentração efetiva em muitas regiões do país. Os imóveis rurais cresceram, por um lado, pela concentração, e diminuíram por outro devido ao empobrecimento cada vez maior dos pequenos agricultores.

Nesse contexto, percebe-se no Brasil e conseqüentemente no Rio Grande do Sul, variações quanto ao tamanho das áreas de cada agricultor e principalmente no uso destas áreas. Observa-se que grandes áreas continuam reservadas como especulação por proprietários alheios as atividades agropecuárias. Assim, muitos agricultores não possuem área suficientes para plantar, outros possuem grandes áreas improdutivas.

Entre os conceitos chaves deste trabalho é importante destacar que o imóvel rural, segundo GRAZIANO DA SILVA (1982 : 37): "é definido como o prédio rústico de área contínua, formado de uma ou mais parcelas de terra, pertencentes a um mesmo dono, que seja ou possa ser utilizada em exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial."

E reforma agrária não deve ser, segundo MAIA (1969 :24), ou “não será forçosamente o de divisão pura e simples da terra só pelo gosto de dividir, mas uma alteração nos modos de realizar os processos de produção e de valorização econômica da agricultura”. E não existe um modelo pronto e único de reforma agrária, devendo-se observar as peculiaridades políticas, sociais, culturais e geográficas de cada região.

A modernização portanto, significa muito mais que apenas o aperfeiçoamento e introdução de novas técnicas. Assim segundo GRAZIANO NETO (1982 : 22-27):

... a modernização significa muito mais que isto. Ao mesmo tempo que vai ocorrendo aquele progresso técnico na agricultura vai-se modificando também a organização da produção que diz respeito as relações sociais (e não técnicas) de produção. A composição e a utilização do trabalho modificam-se intensificando-se uso do bóia-fria ou trabalhador volante; os pequenos produtores sejam proprietários, parceiros ou posseiros vão sendo expropriados, dando lugar, em certas regiões, a organização da produção em moldes empresariais... a chamada modernização da agricultura não é outra coisa ... que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado as transformações gerais da economia brasileira recente.

Como causa direta da modernização e da falta de uma política agrícola clara e duradoura o êxodo rural se assentou. No início para outros Estados, depois para a periferia das cidades, e mais recentemente para os acampamentos do MST, como forma de pressionar a realização da reforma agrária e consequentemente de dar condições ao trabalhador rural de, praticar as atividades agropecuárias.

Recentemente foram publicados dados que comprovam que as grandes propriedades continuam sonogando impostos. A tributação da terra, no Brasil, é a menor do mundo, e a inadimplência dos grandes proprietários é muito significativa. Dados do Imposto Territorial Rural (ITR/94) confirmam os latifúndios como grandes sonogadores do imposto. (Quadro 1).

Quadro 1 : Tributação da terra no Brasil por Estrato de área e Inadimplência.

Estrato de área (ha)	Inadimplência (%)
Até 100 ha	32%
100 a 1.000 ha	46%
1.000 a 5.000 ha	74%
50.000 a 100.000 ha	94%
100.000 a 500.000 ha	94%
Acima de 500.000 ha	100%

Fonte : ITR/94.

A Receita Federal afirma com isso, o governo deixou de arrecadar R\$ 1,5 Bi.

E, os gaúcho depois de alguns séculos, não conseguiram mudar o “status quo” quanto distribuição da terra. Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/1996), quanto ao tamanho das propriedades sobre o total de área agrícola pode ser verificado que:

Brasil :

- Mais de 1 mil hectares : 49,87 % propriedades;
- Mais de 10 mil hectares : 19,34 % propriedades;

No Rio Grande do Sul :

- Mais de 1 mil hectares : 2.052
- Entre 5 mil e 10 mil hectares : 83
- Mais de 10 mil hectares : 7 propriedades.

Portanto, observa-se que estrutura agrária completa uma condição de exploração, desde muito já observada, quando da distribuição da terra no Rio Grande do Sul. e TORRONTEGUY (1994 : 56) afirma que :

... o alambrado reformou os costumes sul riograndenses. ... representa o fim de uma situação social entendida como liberdade e o início de outra situação social mais identificada como a negação de uma tal liberdade pelo advento de uma sociedade estruturada em classes. O alambrado na História dos sulinos delimitou dois mundos, um, dos grandes proprietários e outro, daqueles que ficaram do lado de fora dos campos cercados, os não proprietários.

Como no Brasil sempre o latifúndio derrota a reforma agrária, problemas estruturais como o êxodo rural, favelação de centros urbanos e empobrecimento começam a ser observados. O processo de ocupação e uso do solo gaúcho acompanhou o crescimento dos centros urbanos regionais que representavam um mercado local para os seus produtos.

O Estatuto da Terra ao conceituar a reforma agrária, afirma amplamente e de forma abrangente o que consistiria a realização de tal processo, em seu Art. 1 afirma “Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”.

Com a mecanização da agricultura, milhares de trabalhadores, como meeiros, arrendatários, posseiros perderam a oportunidade na terra. Foram excluídos. Por outro lado a modernização intensificou o trabalho, liberando mão-de-obra, provocando diferença entre a oferta e a demanda de empregos. O índice de permanência no campo, que nos anos 60 e 70 era de 70% decrescendo atualmente para 28%. A agricultura participa de 25% do PIB nacional e gera cerca de 52 % dos empregos no país. (Dados do CONFEA/1996).

A degradação da pequena unidade favoreceu o surgimento já na década 50 - 60 de movimentos de camponeses organizados enquanto classes como as Ligas Camponesas e o MASTER os quais foram dissolvidos pelo regime militar. No período de 1978-1982 aconteceu um grande movimento de retomada das lutas de trabalhadores, um movimento pela democratização do país. E no campo, começaram a acontecer muitas ocupações de terras, de formas massivas, ou seja feitas por muitas famílias, num mesmo dia e local. Essas lutas isoladas de ocupações de terra em quase todos os Estados do Brasil constituíram e articularam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Esses movimento lutaria por justiça social e reforma agrária.

A reduzida extensão da terra configura-se num dos fatores restritivos impossibilitando, inclusive, a utilização de técnicas modernas. (Quadro 3 e 4).

Quadro 3. Distribuição dos imóveis rurais no Brasil..

Classificação das Terras	% dos Imóveis	% da Área
Terras produtivas	13,8% dos imóveis	28,3% da área
Terras improdutivas	24,5% dos imóveis	62,4% da área
Minifúndios e não-classificados	61,7% dos imóveis	9,2% da área

Fonte : INCRA- 1996

Quadro 4. Distribuição dos imóveis rurais na Região Sul:

Classificação das Terras	% dos Imóveis	% da Área
Terras produtivas	17% dos imóveis	42% da área
Terras improdutivas	20% dos imóveis	43% da área
Minifúndios e não-classificados	63% dos imóveis	15% da área

Fonte : Atlas Fundiário Brasileiro INCRA - 1996.

O Rio Grande do Sul caracteriza-se por ser um estado onde o setor predominante no aspecto econômico é o primário. Neste sistema o elemento dominante, ao qual todos os outros subordina-se, é a propriedade agrária, sendo a terra o meio de produção principal. Desse modo, a estrutura fundiária do Rio grande do Sul apresenta características bastantes peculiares. Convivem, lado a lado, a grande e a pequena propriedade. Há ainda uma outra faceta que é a presença de empresas agrícolas relativamente capitalizadas, embora algumas ainda apresentem características pré-capitalistas.

A pequena unidade de produção familiar, sofreu, no decorrer do tempo, muitas transformações. Com a modernização se efetivou o êxodo rural e a migração, delineando perspectivas negativas para a pequena propriedade. E no Médio Uruguai a ocupação provocou ao meio ambiente profundas transformações. O espírito empreendedor dos colonizadores, aliado ao processo capitalista de exploração, não levou em consideração a preservação dos ecossistemas naturais.

Ao se analisar o êxodo rural na área em estudo, é importante conhecer e identificar os grupos étnicos que nela se encontram. Assim, encontram-se caboclos, índios, brancos de origem italiana, alemã, poloneses entre outros. Neste caso cita-se SANTOS (1984 : 142/143) : que caracteriza alguns traços dos cablocos como:

A atividade econômica tradicional do, caboclo é a agricultura de subsistência, que ele considera como meio de reprodução biológica e social. Sua profunda identificação com o meio ambiente é a garantia de ser respeitado em suas relações sociais. Historicamente ficou afastado dos mercados, isolado, seja pela ausência de vias de comunicação, seja social e economicamente, ,mesmo vivendo em uma região povoada e acessível.

Observa-se que o caboclo é hoje o população mais presente nos acampamentos organizados pelo MST no Rio Grande do Sul, pois: conforme SANTOS (1984 : 143) : " sua relação com a terra é fortemente fundada em uma concepção muito próxima daquela dos índios. Em sua lógica, cada um tem direito à terra enquanto espaço que dispõem para se deslocar, produzir e caçar." Tal como o caboclo o indígena também possui suas características que foram sendo transformadas de acordo com o capital. Esta assertiva é enfocada por OLIVEIRA (1988 : 15) : que afirma : " na história da ocupação, o espaço e o tempo do universo cultural indígena foram modelados sobre o espaço e o tempo do capital.

O MST alicia pessoas interessadas em participar de acampamentos nos mais diversos locais. E onde a Igreja exerce maior influência isso é facilitado. Por isso observa-se no Médio Uruguai que nos municípios com agentes de pastoral mais ligados a Teologia da Libertação o número de acampados é mais significantes. Usando a invasão de terras como estratégia, o MST conseguiu que o governo assentasse 130 mil

famílias nos últimos anos. Hoje, o número de famílias acampadas, segundo o MST, em 168 locais diferentes é de 34 mil.

O Médio Uruguai possui a maioria dos habitantes provenientes das colônias velhas, e descendentes de italianos, alemães e poloneses que se fixaram nesta região a partir do século XX e que caracterizam, pela forma de trabalho e de relações com o meio ambiente como uma região heterogênea quanto a ocupação e quantos as atividades econômicas e sociais que nela se apresentam.

Possui um relevo mais acidentado ao norte se inclinando ao vale do Rio Uruguai, e mais plano em direção sul. Predominando as culturas da soja, milho, feijão, fumo, produção de leite, gado de corte, suínos, aves e extração de erva mate entre outros. Predominam minifúndios com área média de 12 ha, trabalhados por mão-de-obra familiar, cuja maioria dos agricultores é sócio de cooperativas e sindicatos.

5. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Discutir êxodo rural e conseqüentemente a reforma agrária ou o uso e a posse da terra no Brasil, é algo difícil, principalmente quando partimos da definição como sendo : “um processo amplo, imediato de redistribuição dos direitos sobre a propriedade privada da terra agrícola, promovido pelo governo e com a participação dos próprios camponeses, objetivando sua promoção humana social, econômica e política”.

Com a introdução da tecnologia, no Médio Uruguai, a fisionomia da região mudou sensivelmente. Na década de 70, houve um avanço do capitalismo no setor agrícola. Grande parte da lavoura, por apresentar-se mecanizada permitiu a expansão do capitalismo e, conseqüentemente, uma dependência muito forte da agricultura no que se refere a financiamentos e incentivos, tornando o setor agrícola da área em estudo, atrelado ao modelo político-econômico nacional. Realizar a reforma agrária na propriedade privada pois, reforma significa necessariamente redistribuir direitos. Criando soluções não só para problemas rurais mas principalmente urbanos.

No Médio Uruguai observou-se que em certas áreas, pelo fato dos produtores disporem de pequenas extensões de terra, ocorre a utilização intensiva da mesma, levando ao total esgotamento do solo. Tal fato ocasiona um grande fluxo migratório, para os acampamentos do MST, que aparecem como alternativas para os que preferem permanecer nas atividades agropecuárias, e também querem ver a cidadania plena no campo.

A população rural diminuiu muito, e ainda continua a migrar. Um dos motivos é a falta de política agrícola, que entende-se segundo o Estatuto da Terra Art. 1 § 2, como: “o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país”.

A permanência só de velhos na área em estudo é outro fator que preocupa. E a degradação dos ecossistemas é extremamente observada, exigindo assim, um uso racional do espaço agrário e dos recursos naturais. Desse modo, as associações de pequenos agricultores procuram viabilizar a permanência no campo, bem como o uso de técnicas de manejo e de produção com características ecológicas ou autosustentável.

O governo deve ser o agente diretor, com a participação de todos os segmentos beneficiários, em todas as fases do processo.

E finalmente, o objetivo final da reforma agrária deve ser a promoção dos sem-terra e não o ato passivo de entregar um título de propriedade a um camponês desassistido ou a um grupo deles. Daí ser necessário completar a redistribuição da terra com políticas agrícolas especialmente desenhadas para esse segmento de produtores familiares e suas organizações (cooperativas, condomínios, associações de assentamentos etc.) onde não pode faltar o crédito rural, assistência técnica, agroindústrias, armazéns e a infra-estrutura que o governo, normalmente propicia a qualquer povoamento (escolas, postos de saúde, creches, estradas, saneamento básico, etc.).

E enquanto a reforma agrária não se realiza os acampamentos do MST não param de serem criados, e organizados nas margens das rodovias, onde buscam a conscientização de parte da população brasileira ainda contrária a redistribuição de terras.

A democratização da terra pode ser feita por vários caminhos entre eles : pela distribuição progressiva, que taxe as grandes propriedades e isente as pequenas propriedades, que taxe as propriedades ociosas e estimule as propriedades produtivas; pelo incentivo às parcerias visando a incorporação do trabalho na produção agrícola; pelas políticas agrícolas incentivando a produção de determinados produtos oriunda das pequenas e médias propriedades e, finalmente, pela ação do Estado através da redistribuição das terras para os milhões de famílias sem-terra. Todos esses são caminhos alternativos para a democracia. É desestimulante verificar que o Brasil não busque alternativas reais para a reforma agrária. Ao contrário, promove e assiste, de um lado a concentração da terra, e por outro, a exclusão da terra para uma parcela significativa dos trabalhadores rurais brasileiros. Enquanto o latifúndio improdutivo derrotar a cidadania no campo veremos muitos cidadãos acampados a espera da reforma agrária e de um Brasil melhor.

Lutar pela reforma agrária, é dever de todos pois, o Brasil só encontrará o caminho do pleno desenvolvimento quando todos os brasileiros viverem com dignidade.. Kennedy apud MAIA (1969 : 131) dizia:

“não atingiremos esse objetivo nem hoje nem amanhã. Talvez não o alcancemos ao fim de nossa vida. Mas a busca é a maior das aventuras do nosso século. Impacientamo-nos às vezes, ante o peso de nossos deveres, a complexidade das decisões, a dificuldade da escolha. Para nós não há, porém, conforto, nem segurança na evasão. Não há solução na renúncia. Não há alívio na irresponsabilidade.”

Assim, a Reforma agrária pode estar acontecendo aos poucos mas o importante é toda a sociedade continuar lutando.

6. BIBLIOGRAFIA:

- BEZZI, M. L. **São Borja Transformações no Espaço Agropecuário: O Processo de Despecuarização.** Rio Claro, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, 1985, 222 p. il. tese (Mest. Org. do Espaço). I. G. C. E. UNESP.
- BRUM, J. A. **Modernização da Agricultura. Trigo e Soja.** Rio de Janeiro: Vozes, 1988. 200 p.
- CADERNOS DE SOCIOLOGIA **Produção Familiar, Processos e Conflitos Agrários.** V 6, 1994. 227 p.
- GRAZIANO NETO, F. **Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Moderna Agricultura.** São Paulo : Brasiliense, 1982. 126 p.
- GRAZIANO da SILVA, J. **A Modernização Dolorosa.** Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 135 p. (Coleção Agricultura e Sociedade).
- KARNOPP, E. **A pequena Produção Familiar Rural : Reserva Para o Capitalismo em Expansão.** Santa Maria, Depto de Extensão Rural, UFSM, 1995. 180 p. il tese (Mest. Ext. Rural) CCR. UFSM.
- MAIA, J. M. **Iniciação a Reforma Agrária.** Rio de Janeiro : Ed. Mabri. 1969. 245 p.
- MARIGHELA, C. et al. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo : ed. Brasil Debates. 1980. 127 p.
- OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de produção e agricultura.** São Paulo : Ática, 1986.
- PIRAN, N. **Perspectivas do Camponês no Alto Uruguai,** Rio Claro Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, 1995, 205 p. il. tese (Doutorado em Organização do Espaço) IGCE, UNESP.
- STÉDILE, J. P. et al **Questão Agrária Hoje.** Porto Alegre. Ed. Da Universidade / UFRGS, 1994. 322 p.
- TAMBARA, E. **RS Modernização e Crise na Agricultura.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. 95 p. (Série Documenta, 16).
- TRENTIN, I. C. L. et all **As Transformações Sócio-econômicas Ocorridas na Microrregião Homogênea Colonial de Iraí. MRH 325.** Santa Maria. Ed. UFSM. Revista Geografia : Ensino & Pesquisa v. 8-9 p. 118 - 143. 1995.
- TORRONTGURY, T. O. V. **As Origens da Pobreza no RS.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. p 56.